

Suas em travessia: colonialidade, cuidado e resistência na construção de práticas decoloniais na política de assistência social

Monaliza Cirino de Oliveira

Orientador: Mailson dos Santos Pereira

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.21137880>

Um convite à travessia

A quem chega a esta leitura, deixo desde já um convite: que estas páginas sejam percorridas menos como quem busca respostas prontas e mais como quem se dispõe a caminhar junto. Este trabalho nasce do desejo de partilhar inquietações, aprendizados e perguntas construídas ao longo de uma trajetória profissional e formativa comprometida com a defesa dos direitos, da justiça social e da vida.

Elaborado como parte da Especialização em Psicologia da Descolonização, o texto assume a forma de cartas como uma escolha metodológica, política e ética, buscando aproximar reflexão acadêmica e experiência vivida, teoria e cotidiano. Inspirada em obras como *Psicologia e Comunidade: Cartas de Amor à Vida do Caburái ao Chuí* (Lima; França, 2023) e *Cartas à Assistência Social* (Battistelli; Cruz, 2019), a escrita aposta na carta como linguagem capaz de produzir reflexão crítica sem abrir mão do afeto, da escuta e do compromisso político.

Este texto configura-se como um ensaio teórico-reflexivo de caráter epistolar, atravessado por experiências formativas e profissionais construídas no âmbito da atuação no SUAS. Não se trata de um relato sistemático de experiência, mas de uma reflexão situada, que articula referências da Psicologia da Descolonização com cenas e inquietações produzidas no cotidiano da política pública.

As cartas aqui reunidas dialogam com minha trajetória como psicóloga social e trabalhadora do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), atuando nos espaços de participação e controle social, bem como na gestão estadual, especialmente na área de Gestão do Trabalho e Educação Permanente. Foi nesse percurso que as contribuições da Psicologia da Descolonização passaram a oferecer novas lentes para compreender a



política pública, seus sujeitos e suas práticas. As reflexões de autoras e autores como Aníbal Quijano, Frantz Fanon, María Lugones, Paulo Freire, Nego Bispo e Sueli Carneiro ajudam a compreender como a colonialidade continua atravessando modos de pensar, cuidar e produzir políticas públicas, campo onde a garantia de direitos convive com desigualdades estruturais, racismo, violências e exclusão social.

Este ensaio epistolar tem como objetivo refletir sobre os desafios e as possibilidades de construção de práticas decoloniais no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), problematizando de que modo a colonialidade atravessa a proteção social e interrogando quais caminhos podem ser construídos, especialmente a partir da Gestão do Trabalho e da Educação Permanente, para fortalecer práticas comprometidas com a dignidade humana, a democracia e a garantia de direitos. A inquietação que sustenta esta travessia é simples e, ao mesmo tempo, profunda: Como descolonizar nossas formas de cuidar, formar e produzir política pública, colocando a técnica e a responsabilidade ético-política a serviço da dignidade humana, do reconhecimento das diferenças e da garantia de direitos?

Que estas páginas possam provocar reflexões, fortalecer perguntas e ampliar possibilidades de olhar para o trabalho socioassistencial. Afinal, uma das maiores potências da descolonização está justamente na disposição de seguir aprendendo, desaprendendo e reconstruindo caminhos coletivamente. Vamos comigo nessa travessia?

Primeira carta às trabalhadoras e aos trabalhadores do suas: o suas entre a conquista democrática e as disputas da proteção social

Antes de falar sobre os desafios do presente, gostaria de convidá-las a olhar para trás. Não por nostalgia, mas porque compreender a história da Assistência Social brasileira é fundamental para entendermos as disputas que ainda atravessam nosso trabalho e os sentidos da política pública que construímos cotidianamente.

Em meio às demandas e urgências do cotidiano, nem sempre lembramos que o SUAS é uma conquista histórica. Resultado das lutas pela redemocratização do país, ele representa a ruptura com uma tradição assistencialista marcada pela filantropia, pela moralização da pobreza e pela lógica do favor. A partir da Constituição Federal de 1988 e dos marcos normativos que a sucederam, a Assistência Social passou a ser

reconhecida como direito de cidadania e dever do Estado, estruturando-se sob princípios democráticos, universais e participativos.

Por convivemos diariamente com o SUAS, nem sempre percebemos a dimensão dessa conquista. Trata-se de uma das maiores experiências de proteção social já construídas no país, responsável por garantir acesso a direitos, fortalecer vínculos familiares e comunitários, prevenir situações de violência e desproteção e assegurar respostas públicas para milhões de brasileiros e brasileiras historicamente excluídos dos processos de cidadania.

Mas toda conquista democrática permanece em disputa. O SUAS foi construído em uma sociedade profundamente desigual e continua operando em um contexto marcado por tensões políticas, econômicas e ideológicas. Isso significa que os princípios que orientam a política pública nem sempre encontram correspondência nas condições concretas de sua implementação. Embora afirmemos a Assistência Social como direito, convivemos com processos recorrentes de subfinanciamento, fragilização institucional e insuficiência orçamentária que colocam em risco a capacidade do Estado de garantir proteção social de forma continuada e universal.

Essa realidade nos convida a uma reflexão importante. A precarização da Assistência Social não pode ser compreendida apenas como um problema administrativo ou fiscal. Ela também revela os lugares historicamente atribuídos aos sujeitos que constituem seu público prioritário.

Nesse sentido, não parece coincidência que uma política destinada justamente à proteção dessas populações enfrente, de forma recorrente, questionamentos sobre sua legitimidade, sua relevância e sua necessidade. A precarização da política pública muitas vezes dialoga com a precarização social daqueles a quem ela se destina. Quando a pobreza é moralizada, quando as desigualdades são individualizadas e quando os direitos sociais são apresentados como privilégios indevidos, não apenas os usuários da política são criminalizados. A própria Assistência Social passa a ser alvo de discursos que a desqualificam, reduzindo-a a gasto excessivo, dependência ou assistencialismo.

Em uma atividade com gestoras e trabalhadoras do SUAS, uma delas perguntou, quase em tom de desabafo: "Como explicar para a população a importância do SUAS quando tantas pessoas ainda acreditam que assistência é favor?" A pergunta não era apenas técnica. Ela revelava o quanto a defesa cotidiana da política pública também exige disputar narrativas sobre pobreza, cidadania e responsabilidade do Estado.

Naquele instante, tornou-se evidente que sustentar o SUAS é, igualmente, sustentar a ideia de que direitos não dependem de merecimento.

Essa associação merece nossa atenção. Afinal, a criminalização da pobreza frequentemente caminha ao lado da criminalização da proteção social. Benefícios, serviços e programas passam a ser vistos com suspeita, enquanto as estruturas que produzem desigualdade permanecem pouco questionadas. Em vez de interrogar as condições históricas que geram vulnerabilidades, desloca-se a responsabilidade para indivíduos e famílias que lutam diariamente para garantir sua sobrevivência.

As contribuições de Aníbal Quijano (2005) ajudam-nos a compreender esse fenômeno ao demonstrar que a colonialidade não se encerra com o fim da colonização formal. Ela permanece organizando hierarquias sociais, produzindo classificações sobre quais vidas merecem proteção, quais conhecimentos possuem legitimidade e quais grupos ocupam posições de maior ou menor reconhecimento social. Essa lógica atravessa instituições, políticas públicas e práticas profissionais, muitas vezes de forma silenciosa.

A história do SUAS é também a história de inúmeras experiências democráticas construídas por usuários, trabalhadores, gestores, conselheiros e movimentos sociais. É uma história feita de conferências, conselhos, fóruns, pactuações e espaços de participação que afirmam a democracia como princípio organizador da política pública. Reside aí uma de suas maiores potências: a capacidade de permanecer aberta ao diálogo, à crítica e à transformação.

Ao revisitarmos nossa história, lembremos que o SUAS não é apenas uma política pública. Ele é também uma escolha coletiva sobre o tipo de sociedade que desejamos construir. E, justamente por isso, seguirá sendo um campo permanente de disputas. Cabe a nós decidir, cotidianamente, quais princípios orientarão nossa atuação e de que lado dessas disputas escolheremos estar.

Segunda carta às trabalhadoras e aos trabalhadores do suas: as marcas da colonialidade e a urgência de descolonizar nossas práticas

Há perguntas que raramente aparecem nos formulários, nos prontuários, nos relatórios ou nos sistemas de informação que organizam nosso cotidiano de trabalho. No entanto, são justamente elas as perguntas mais importantes. Entre elas, uma merece

nossa atenção: de onde vêm as lentes através das quais aprendemos a olhar para os sujeitos, as famílias e os territórios com os quais trabalhamos?

A rotina dos serviços socioassistenciais costuma nos convocar a responder rapidamente às urgências que chegam todos os dias. São situações de violações de direitos, violência, insegurança de renda, discriminação e desproteção social que exigem respostas institucionais concretas. Nesse contexto, nem sempre encontramos tempo para refletir sobre os referenciais que orientam nossas análises e sobre as concepções de sujeito, família e cidadania que atravessam nossas práticas.

Entretanto, aquilo que fazemos não nasce apenas da experiência profissional ou das normativas da política pública. Nossa atuação também é resultado de processos históricos, sociais e culturais que moldaram nossa forma de compreender o mundo. É justamente nesse ponto que a reflexão decolonial se torna necessária. Ela nos convida a reconhecer que os efeitos do colonialismo não se limitaram à exploração econômica e à ocupação dos territórios. Produziram também formas de pensar, sentir e conhecer que continuam organizando a sociedade contemporânea.

Ao refletir sobre os efeitos da colonização, Frantz Fanon (2008) nos ajuda a compreender que a violência colonial atua não apenas na dominação material, mas também na produção das subjetividades. Ela define quais vidas são reconhecidas como plenamente humanas, quais conhecimentos são considerados legítimos e quais sujeitos permanecem ocupando lugares de inferiorização, suspeita ou tutela. A colonialidade, portanto, não habita apenas as instituições; ela atravessa os olhares, os discursos e as interpretações que construímos sobre a realidade social.

Essa reflexão possui profundas implicações para o trabalho desenvolvido no SUAS. Afinal, a política de Assistência Social atua justamente junto às populações que mais intensamente vivenciam os efeitos históricos das desigualdades produzidas pela colonização, pela escravização e pela concentração de riqueza. Mulheres negras, famílias empobrecidas, populações periféricas, povos indígenas, comunidades quilombolas, pessoas em situação de rua e tantos outros grupos historicamente excluídos compõem uma parcela significativa dos sujeitos que chegam aos serviços socioassistenciais.

As contribuições de María Lugones (2020) ampliam essa reflexão ao evidenciar que a colonialidade também opera através do gênero, produzindo hierarquias que articulam raça, sexualidade e divisão sexual do trabalho. Ao questionar modelos universais de família e feminilidade, a autora nos ajuda a compreender como

determinadas formas de cuidado são naturalizadas, enquanto outras experiências familiares são deslegitimadas ou invisibilizadas pelas instituições. Reconhecer essa dimensão é fundamental para que o trabalho social com famílias não reproduza expectativas normativas incompatíveis com a diversidade das experiências concretas vividas nos territórios.

Durante minha formação acadêmica, poucas vezes encontrei autoras negras, indígenas ou latino-americanas nos programas das disciplinas. Aprendíamos teorias sofisticadas sobre sofrimento, desenvolvimento e intervenção, mas raramente éramos convidadas a refletir sobre os efeitos do racismo, da colonialidade e das desigualdades brasileiras na produção do sofrimento social. Talvez a descolonização comece também pela pergunta: quem fomos autorizadas a ler?

Cabe, então, dirigir nosso olhar para outra questão: como nós, trabalhadoras e trabalhadores do SUAS, fomos formadas e formados para compreender essas realidades?

Essa pergunta é especialmente importante porque a colonialidade também atravessa os processos de formação profissional. Muitas de nós chegamos à política pública após percursos acadêmicos marcados por referenciais predominantemente eurocêntricos, construídos a partir de experiências históricas e culturais muito diferentes daquelas vividas pela maior parte da população brasileira. Frequentemente, estudamos teorias que pouco dialogavam com os saberes produzidos nos territórios populares, nos movimentos sociais, nas comunidades tradicionais e nas experiências coletivas de resistência.

Em muitos casos, aprendemos mais sobre déficits do que sobre potências, mais sobre adaptação do que sobre emancipação. Fomos treinados para identificar riscos e vulnerabilidades, mas nem sempre para reconhecer os saberes, as estratégias de sobrevivência e as formas de organização construídas pelos sujeitos e comunidades com os quais trabalhamos.

Persistem, ainda, desigualdades importantes no acesso à formação, e uma parcela significativa das trabalhadoras e dos trabalhadores da Assistência Social atua sem acesso regular a processos formativos voltados às especificidades do trabalho socioassistencial. Essa realidade evidencia que a luta pela descolonização do SUAS também passa pela democratização do conhecimento e pela valorização da educação permanente como estratégia de fortalecimento da política pública.

Em uma roda formativa, ao discutirmos estratégias de acompanhamento familiar, uma trabalhadora compartilhou que aprendera com mulheres mais velhas de sua comunidade modos de acolher o sofrimento que não apareciam nos manuais nem nos referenciais acadêmicos. Durante alguns segundos, instalou-se um silêncio desconcertante. Quantos conhecimentos produzidos nos territórios permanecem ausentes dos processos formais de formação? Quantos deles deixamos de reconhecer porque fomos ensinadas a atribuir legitimidade apenas ao saber institucionalizado?

Nesse sentido, as contribuições de Paulo Freire (2022) permanecem fundamentais. Sua defesa do diálogo como princípio pedagógico nos ajuda a compreender que ninguém forma ninguém sozinho. O conhecimento se constrói no encontro e na problematização compartilhada da realidade. Essa compreensão aproxima-se daquilo que Boaventura de Sousa Santos (2010) denomina *ecologia de saberes*: o reconhecimento de que existem múltiplas formas legítimas de produzir conhecimento e que nenhuma delas deve reivindicar para si o monopólio da verdade.

É nas contribuições de autoras e autores comprometidos com a produção de saberes desde o Sul Global que encontramos algumas das provocações mais importantes para o SUAS contemporâneo. Sueli Carneiro (2023) nos ensina que o racismo não opera apenas como mecanismo de exclusão material; ele produz *epistemicídios*, silenciando conhecimentos, experiências e perspectivas produzidas por populações historicamente subalternizadas. Quando determinados saberes são sistematicamente desconsiderados pelas instituições, estamos diante de uma violência política e epistemológica.

Nessa mesma direção, Lélia Gonzalez (2020) demonstra que a realidade latino-americana não pode ser compreendida exclusivamente a partir das categorias produzidas pelo pensamento europeu. Sua noção de *amefricanidade* evidencia a centralidade das experiências negras e indígenas na constituição de nossas formas de existir, resistir e produzir conhecimento. Para o SUAS, essa reflexão convida ao reconhecimento dos saberes que emergem dos territórios, das comunidades e das experiências coletivas frequentemente invisibilizadas pelas instituições.

Essas reflexões tornam-se particularmente relevantes quando pensamos o trabalho social com famílias. Durante muito tempo, políticas e práticas institucionais foram orientadas por modelos universalizantes de família, cuidado e convivência que pouco dialogavam com a diversidade presente na sociedade brasileira. Descolonizar o trabalho social implica reconhecer que não existe uma única forma legítima de organizar a vida e que as famílias não podem ser reduzidas às vulnerabilidades que as

atravessam. Elas são também espaços de afeto, solidariedade, resistência e produção de saberes.

Nesse sentido, a descolonização da proteção social exige um deslocamento importante em nosso olhar profissional, capaz de enxergar para além das vulnerabilidades e reconhecer também as potências presentes nos sujeitos, famílias e territórios. Um dos maiores desafios colocados diante de nós é justamente construir práticas capazes de proteger sem tutelar, acompanhar sem controlar e cuidar sem colonizar. Trata-se de uma tarefa complexa, mas necessária, sobretudo porque, por vezes, a descolonização é equivocadamente compreendida como rejeição à técnica ou à institucionalidade. No contexto do SUAS, ela implica justamente o contrário: fortalecer a responsabilidade ético-política do trabalho socioassistencial e colocar os conhecimentos técnicos a serviço da garantia de direitos, do reconhecimento das diferenças e da construção de práticas mais democráticas, dialógicas e emancipatórias de proteção social.

Terceira carta às trabalhadoras e aos trabalhadores do suas: a psicologia da descolonização e os desafios do cuidado

Escrevo esta carta a partir de uma inquietação que acompanha o cotidiano de quem constrói a política de Assistência Social: como transformar os princípios que defendemos em práticas concretas de cuidado, reconhecimento e garantia de direitos?

Ao longo desta travessia, refletimos sobre a história do SUAS e sobre as marcas da colonialidade que atravessam nossa sociedade, nossas instituições e nossos modos de compreender a realidade. Mas a pergunta que agora se apresenta é outra: o que fazemos com essa compreensão diante das demandas concretas do trabalho cotidiano?

A Psicologia da Descolonização oferece uma pista importante ao afirmar que a transformação social não acontece apenas pela denúncia das estruturas de opressão. Ela exige a construção cotidiana de outras formas de relação, conhecimento e cuidado. Descolonizar, nesse sentido, não é apenas identificar a colonialidade, mas produzir práticas que ampliem reconhecimento, participação e dignidade.

Paulo Freire (2022) nos lembra que toda prática educativa é também uma prática política. Sua defesa do diálogo oferece importantes contribuições para o trabalho socioassistencial. Afinal, proteger não é apenas ofertar serviços ou benefícios, mas construir relações capazes de reconhecer sujeitos como participantes ativos de sua

própria história. Quando a escuta se transforma em diálogo, abre-se a possibilidade de construção compartilhada de sentidos e caminhos.

Essa compreensão nos ajuda a perceber que a descolonização não acontece apenas nos espaços acadêmicos. Ela se constrói nos encontros cotidianos que dão vida à política pública: na acolhida, na visita domiciliar, nos grupos, nas reuniões de equipe e em tantas outras situações que compõem o trabalho socioassistencial. É nesses espaços que decidimos, diariamente, se reproduziremos relações hierárquicas ou se construiremos práticas comprometidas com o reconhecimento da humanidade dos sujeitos que chegam aos serviços.

Nessa direção, Martín-Baró (2017) afirma que a Psicologia deve comprometer-se com a realidade concreta dos povos latino-americanos. Para o autor, o sofrimento não pode ser compreendido de forma dissociada das condições históricas e sociais que o produzem. Essa perspectiva aproxima-se profundamente dos desafios do SUAS, ao nos lembrar que as demandas atendidas pelos serviços expressam processos coletivos de desigualdade, exclusão e negação de direitos.

Ao refletir sobre os conhecimentos produzidos nos territórios, Nego Bispo (2015) nos convida a reconhecer formas contra-coloniais de produzir vida. Seus escritos evidenciam que comunidades negras, indígenas, quilombolas e outros grupos historicamente marginalizados construíram estratégias próprias de cuidado, proteção e convivência. Reconhecer esses saberes não significa abandonar a técnica ou a institucionalidade da política pública, mas compreender que a produção do conhecimento também acontece nos territórios e nas experiências coletivas.

Essa perspectiva possui implicações importantes para os processos de supervisão técnica e educação permanente. Como afirma Catherine Walsh (2013), as pedagogias decoloniais constituem processos coletivos de aprendizagem comprometidos com outras formas de existir, conhecer e transformar a realidade. Sob essa ótica, a supervisão técnica deixa de ser apenas um instrumento metodológico e passa a ser um espaço de reflexão crítica, fortalecimento das equipes e produção compartilhada de conhecimento.

Recordo-me de uma atividade de educação permanente realizada com trabalhadoras recém-ingressas no SUAS. Ao discutirmos uma situação envolvendo o acompanhamento de uma família em situação de extrema vulnerabilidade, emergiu uma inquietação compartilhada: como registrar riscos e construir estratégias de proteção sem reduzir sujeitos às violações que os atravessam? A riqueza daquele encontro esteve justamente na possibilidade de reconhecer que a técnica, quando atravessada pelo

diálogo e pela escuta, pode deixar de operar como instrumento de tutela para constituir-se como prática ética de cuidado e garantia de direitos.

São justamente nesses espaços que a descolonização encontra uma de suas expressões mais concretas no SUAS. Quando trabalhadoras e trabalhadores podem refletir sobre seu fazer, compartilhar experiências e problematizar desafios coletivamente, ampliam-se as possibilidades de construção de práticas mais éticas, democráticas e comprometidas com a garantia de direitos.

Sob uma perspectiva decolonial, a Educação Permanente no SUAS pode ser compreendida não apenas como estratégia de qualificação técnica, mas como dispositivo político de democratização do conhecimento. Isso implica reconhecer trabalhadoras e trabalhadores como sujeitos produtores de saber, capazes de problematizar práticas instituídas, disputar sentidos sobre proteção social e construir respostas mais sensíveis às singularidades dos territórios. Descolonizar a formação significa deslocar a centralidade exclusiva dos conhecimentos legitimados pelas instituições e criar condições para o encontro entre saberes acadêmicos, profissionais e comunitários.

Por fim, a Psicologia da Descolonização nos convida a reconhecer que a história dos grupos submetidos às diferentes formas de violência é também uma história de resistência, criação e reexistência. Como nos ensinam Walsh (2013) e Nego Bispo (2015), a vida insiste em florescer mesmo em contextos marcados pela exclusão. Nos territórios acompanhados pelo SUAS encontramos diariamente experiências de solidariedade, apoio mútuo e cuidado coletivo que desafiam narrativas centradas apenas na falta e na carência.

Uma das maiores lições que os territórios nos oferecem é que, onde muitos enxergam apenas vulnerabilidades, florescem também saberes, vínculos, memórias e potências. Reconhecê-los não significa negar as desigualdades que atravessam a vida de tantas famílias e comunidades, mas recusar que elas sejam a única narrativa possível. É nessa compreensão que seguimos em travessia, construindo, no cotidiano, uma política pública comprometida com o cuidado, o reconhecimento das diferenças e a defesa intransigente da dignidade humana.

Considerações de travessia

Ao concluir este trabalho, não pretendo encerrar uma discussão nem oferecer respostas definitivas para os desafios que atravessam o Sistema Único de Assistência Social. O que aqui se encerra é apenas uma etapa desta travessia, pois a perspectiva decolonial nos ensina que o conhecimento não se organiza como chegada, mas como movimento permanente de reflexão, encontro e transformação.

Ao longo destas cartas, revisitamos o SUAS como conquista democrática, fruto das lutas coletivas pela afirmação da proteção social como direito e da responsabilidade do Estado diante das desigualdades que marcam a sociedade brasileira. Reconhecemos, entretanto, que essa conquista permanece em disputa, atravessada por processos de precarização, subfinanciamento e por narrativas que insistem em moralizar a pobreza e deslegitimar os direitos sociais.

Também buscamos compreender que a colonialidade não habita apenas a história que herdamos, mas continua operando nos modos de produzir conhecimento, interpretar a realidade e organizar práticas institucionais. Ao atravessar a proteção social, ela pode transformar diferenças em hierarquias, silenciar saberes e restringir os sujeitos às vulnerabilidades que os atingem. Descolonizar, nesse sentido, implica deslocar o olhar: interrogar as lentes com as quais aprendemos a trabalhar e reconhecer que, nos territórios, coexistem violações e potências, ausências e invenções, sofrimento e resistência.

Por fim, esta travessia permitiu reafirmar que a transformação das práticas cotidianas constitui uma das tarefas mais desafiadoras — e mais necessárias — para quem constrói o SUAS. A Psicologia da Descolonização nos convida a compreender que o cuidado não se reduz à oferta de procedimentos, benefícios ou encaminhamentos. Ele se materializa na qualidade dos encontros, na capacidade de escutar sem tutelar, de proteger sem controlar e de construir respostas comprometidas com a dignidade humana. É também nesse horizonte que a Educação Permanente pode assumir seu caráter político, tornando-se espaço de produção compartilhada de conhecimento, fortalecimento das equipes e democratização dos saberes.

Se este texto representa um rito de passagem, ele expressa também um compromisso. O compromisso de seguir cultivando, nos espaços de gestão, formação e trabalho socioassistencial, práticas abertas ao diálogo, sensíveis às diferenças e comprometidas com a justiça social. Um compromisso de sustentar a defesa do SUAS não apenas como arranjo institucional, mas como projeto ético e democrático de sociedade.



Esta escrita não pretende oferecer um ponto de chegada, mas registrar aprendizagens construídas no caminho. Aprendemos que defender a proteção social exige enfrentar desigualdades estruturais sem perder de vista a potência dos sujeitos e dos territórios; que a técnica precisa caminhar ao lado da escuta e do reconhecimento; e que a descolonização se faz, muitas vezes, em gestos cotidianos de abertura ao outro, de problematização das certezas e de reinvenção das práticas.

Seguimos, portanto, em travessia. Não porque desconhecamos o destino que desejamos, mas porque compreendemos que ele é construído coletivamente, no movimento contínuo de aprender, desaprender e recriar modos de cuidar, formar e produzir política pública. Afinal, a descolonização não é um ponto de chegada: é caminho, compromisso e reexistência.

Referências

BATTISTELLI, B. M.; CRUZ, L. R. Cartas à Assistência Social. In: CRUZ, L. R.; GUARESCHI, N.; BATTISTELLI, B. M. (org.). **Psicologia e Assistência Social: encontros possíveis no contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2019. p. 15-35.

BISPO DOS SANTOS, Antônio. **Colonização, quilombos: modos e significações**. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 76. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (orgs.). **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 52-83.

LIMA, Daniela Campelo; FRANÇA, Yasmin de Menezes. **Psicologia e comunidade: cartas de amor à vida do Caburaí ao Chuí**. Ceará: Editora Cooperativa Parentes, 2023.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. **Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais**. Petrópolis: Vozes, 2017.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 23-71.

WALSH, Catherine. **Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir**. Quito: Abya-Yala, 2013.

